

Os desafios do alargamento da escolaridade obrigatória

Resumo

Portugal é um dos países europeus (e mundiais) com a escolaridade obrigatória mais longa. Esta situação era rigorosamente a inversa no final dos anos 50 do século XX, quando se iniciaram os movimentos de democratização ou massificação escolar. Esta inversão de posição não pode deixar de colocar desafios acrescidos, dos quais o mais importante, num país com uma história de construção retórica do sistema educativo, como referido por Soysal e Strang (1989), é não só à garantia da escolarização, mas também da escolaridade, ou seja, da efetividade das aprendizagens e dos resultados.

Esta questão, que já era muito relevante no caso português mesmo com uma escolaridade obrigatória mais curta, torna-se crucial com o seu alongamento.

A presente extensão foi, apesar de tudo, aprovada em 2009 em algumas condições mais favoráveis que as anteriores aprovadas em 1965 (seis anos) e 1986 (nove anos). Na verdade, o caminho a percorrer, em termos quantitativos, é menor. No primeiro caso a taxa real de escolarização dos 5º e 6º anos era apenas de 11,8% e a taxa bruta de 31,2% e no segundo caso a taxa real era de 41% e a taxa bruta era de 73,6% para o 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º e 9º anos). Em 2009 a taxa real, no entanto, era já de cerca de 70% para o ensino secundário (10º, 11º e 12º anos) e taxa bruta ultrapassava largamente os 100%.

Mas, do ponto de vista qualitativo, este alargamento coloca alguns problemas mais complexos do que os anteriores, dos quais se podem enunciar a idade dos alunos abrangidos, a natureza do currículo e as relações com o mercado de trabalho. Assim, a idade dos alunos coloca novas questões às relações escolares, acompanhamento e orientação escolar e profissional pois há percursos anteriores mais extensos e maior maturidade dos envolvidos. Às escolhas das famílias juntam-se, agora com maior peso, as escolhas dos próprios alunos, que, muitas vezes, especialmente nas famílias com maior debilidade socioeconómica ou sociocultural, constituem verdadeiramente a única escolha. A escolaridade obrigatória longa torna-se uma gaiola dourada para muitos alunos e os processos de exclusão escolar ganham maior resiliência e os progressos obtidos não tornam a missão mais fácil, porque apesar dos excluídos serem menos a sua inclusão é cada vez mais difícil.

Por outro lado, nos casos anteriores a extensão da escolaridade assentava numa uniformização do currículo, enquanto no caso presente tal não é, de todo, desejável, nem verdadeiramente seria possível. Também anteriormente se tratava de ir preenchendo, com a escola, todo o período antecedente à entrada no mercado de trabalho, mas, tal escolaridade não se dirigia diretamente à preparação para essa entrada. Atualmente não é possível não ligar o cumprimento de uma escolaridade longa à entrada no mercado de trabalho. A solução agora assume a natureza rigorosamente inversa da anterior. Agora é indispensável diversificar o currículo quando anteriormente era necessário unificar o currículo.

Neste contexto, os desafios que se colocam ao alargamento da escolaridade são: a inclusão de jovens com percursos de abandono e a inclusão de jovens com necessidades educativas especiais, a qualidade das aprendizagens e dos resultados escolares, a orientação escolar e profissional, a diferenciação de percursos e a diversificação de alternativas curriculares e a ligação da escola ao mercado de trabalho.

Assim, é possível enunciar algumas propostas de medidas de política pública para responder a tais desafios: a instituição de dispositivos de acompanhamento de alunos, com o reforço do papel dos diretores de turma e diretores de curso e a criação de tutorias reais e efetivas, o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de orientação escolar e profissional, com professores e técnicos especializados e articulado entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, o alargamento das formações profissionais e profissionalizantes nas escolas e o alargamento das formações em contexto de trabalho e finalmente a criação de alternativas de escolaridade em *part-time*.

Nota Curricular

Licenciado em Biologia, Mestre em Educação e Doutor em Políticas Públicas.

Professor Coordenador e Presidente do Conselho Científico da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Professor Convidado da Universidade Católica Portuguesa (1993-2001).

Membro do Conselho Científico e Pedagógico da Formação Contínua de Professores de 1995 a 2003.

Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 1996 a 2005.

Secretário de Estado da Educação no XVII Governo Constitucional (2005/2009) e Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional no XVIII Governo (2009/2011).

Escolaridade obrigatória, diversidade de percursos educativos e procuras de formação/qualificação

Resumo

A escolaridade obrigatória de 12 anos coloca especiais desafios à Escola e à política educativa cuja análise exaustiva e global transcende o alcance modesto desta intervenção. A perspetiva de análise que orienta esta intervenção foca-se na diversidade de percursos educativos que uma trajetória de aprendizagem até aos 18 anos de idade deverá contemplar como instrumento de concretização do desígnio que foi sendo introduzido na Lei de Bases do Sistema Educativo nas suas sucessivas alterações e aditamentos. Simplesmente, a abordagem proposta para a desejada diversidade dos percursos educativos não é realizada segundo um ponto de vista de estrutura ideal ou abstrata. Ela é concebida numa perspetiva de transição a partir da situação real de diversidade de percursos educativos que hoje está instalada. Esta preocupação corresponde a uma visão pessoal do autor da intervenção que tem criticado o modo frequente como as políticas públicas que traçam desígnios nacionais de longo prazo (e sobre os quais se poderá falar mais de compromissos políticos do que consensos) carecem de uma visão de transição. Esta visão é crucial para se compreender como é que uma situação inicial (frequentemente impura e até atravessada por contradições) é transformável para poder atingir-se o referido desígnio estratégico nacional. A transformação estratégica de longo prazo exige quase sempre transformação de valores e de comportamentos e a estratégia de transição tem de focar-se em mecanismos adaptativos que tornem possível a viabilização de uma trajetória de transformação.

O autor aplica esta abordagem à questão da diversidade dos percursos educativos fazendo-o no quadro da diversidade já hoje existente e articula a sua sustentabilidade com três tipos de procura de formação e qualificação: a procura social das famílias; a procura dos empregadores (empresarial privada e procura pública) e aquela que designa de procura social, ou seja, a procura de formação/qualificação determinada pelas necessidades de mudança estrutural do país para responder ao lugar que pretende assumir na globalização.

Exemplificando com base na formação de qualificações de tipo intermédio (nível 4) e nas formações superiores (universitária e politécnica), analisa-se em que medida nem sempre é fácil compatibilizar os três tipos de procuras, o que constitui argumento adicional e válido para defender a necessidade de estratégias de transição, que não podem ficar fora dos anteriormente mencionados compromissos políticos de longo prazo.

Nota Curricular

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, partilhou sempre as funções de docência e de investigação como Professor Auxiliar desta Faculdade com as atividades de consultadoria nos domínios do desenvolvimento e planeamento regional, avaliação de políticas públicas, planeamento estratégico, políticas urbanas e cooperação inter-regional e transfronteiriça.

Na Faculdade de Economia do Porto foi responsável pela regência e docência de matérias como Desenvolvimento e Crescimento Económico, Macroeconomia, Globalização e Desenvolvimento Económico, Economia da Inovação e

Competitividade, com investigação publicada nos domínios do desenvolvimento económico, globalização e economia da inovação.

Foi consultor da CCDR-N, com assessoria à Presidência, e para vários municípios. Coordenou os trabalhos do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro e foi coordenador do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores. Enquanto consultor internacional tem colaborado em estudos internacionais para a Comissão Europeia e OCDE, nomeadamente em matéria de estudos de prospetiva territorial, de cooperação inter-regional e transfronteiriça e de avaliação da estratégia europeia de emprego. Possui grande número de trabalhos publicados na área do desenvolvimento regional, do planeamento estratégico e das políticas de inovação.

Integra a Administração da QP desde 1994 e assume a Presidência do Conselho de Administração desde Março de 1999. Coordena técnica e cientificamente trabalhos na área da avaliação, do planeamento estratégico, da economia da inovação e das políticas de emprego e formação. Coordenou os trabalhos de avaliação global do QCA 2000-2006, do QREN 2007-2013 e a Avaliação Estratégica do QREN 2007-2013 – Inovação e Internacionalização e no plano académico tem mais recentemente trabalhado a análise dos efeitos do ajustamento das dívidas soberanas sobre as condições sociais e de equidade na sociedade portuguesa, designadamente os efeitos sobre a situação absoluta e relativa das classes médias.

Seminário

Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo

16 de maio de 2016

Maria Paula Paixão

FPCE | Universidade de Coimbra

Resumo

De acordo com um relatório Europeu recente sobre o papel da orientação e aconselhamento de carreira no apoio à renovação/reforma do sistema educativo, esta deve integrar um conjunto sistemático e articulado de medidas preventivas, interventivas e de compensação que: a) permitam o envolvimento dos jovens no contexto escolar; b) previnam a saída precoce da escola; c) permitam a integração/reintegração dos jovens em risco; d) promovam a transição eficaz para o mundo do trabalho; e) promovam a aquisição de competências de gestão de carreira e a empregabilidade (em jovens e adultos a frequentarem o sistema educativo). A comunicação que apresentamos propõe a todos os participantes neste Seminário uma reflexão sobre a pertinência destas medidas para a promoção da equidade e sucesso na escolaridade obrigatória, no âmbito de um sistema educativo com trajetos diferenciados e flexíveis, visando a capacitação dos que o frequentam para a participação ativa em processos de aprendizagem ao longo da vida.

Nota Curricular

É Professora Associada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC) e membro do seu Conselho Científico. No âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia tem orientado estágios curriculares e teses de mestrado na área de especialização em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento. Leciona no Programa Doutoral em Psicologia da Educação da Universidade de Coimbra (o qual coordenou de 2011 a 2013) e no Programa Interuniversitário em Psicologia da Educação (Universidades de Coimbra e de Lisboa).

Tem diversas publicações nacionais e internacionais nos domínios do aconselhamento de carreira e da psicologia da educação e da motivação. É membro fundadora da *European Society for Vocational Designing and Career Counseling* e já integrou diversas comissões especializadas para debater a orientação e o aconselhamento de carreira em Portugal.

É atualmente Subdiretora FPCEUC e membro da Assembleia de Representantes da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

Seminário

Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo

16 de maio de 2016

Horácio Gomes Lourenço

Escola Artística e Profissional Árvore

Diferenciação de trajetos: quando? Como?

Resumo

O desenvolvimento das sociedades exige uma educação que contribua para a formação do ser humano como um cidadão ativo e participativo, a sua preparação para a vida ativa e a redução das desigualdades, de modo a garantir uma igualdade equitativa de oportunidades no acesso aos lugares e cargos a desempenhar em sociedade.

No terceiro ciclo do ensino básico e no ensino secundário, momentos em que poderá haver lugar a uma diversificação de trajetos de estudo, a diversidade curricular não pode deixar de ter aquele objetivo como referência, possibilitando que todos saiam com as mesmas capacidades, de modo a garantir igualdade de condições de acesso quer aos novos níveis de ensino quer aos lugares disponíveis no emprego.

Os conhecimentos básicos devem ser comuns e acessíveis a todos, competindo ao Estado adotar as medidas necessárias, mesmo que compensatórias, para que todos os alunos saiam dum ciclo de estudos com as mesmas capacidades de ingresso num novo ciclo de vida. No entanto, podem ser adotados ao nível do terceiro ciclo, percursos alternativos de enfoque num currículo mais teórico ou mais prático e de pedagogia diferenciada, no sentido de corresponder aos interesses e motivações dos alunos, garantido igualdade de oportunidades quer para o prosseguimento de estudos quer para a inserção na vida ativa.

Ao nível do ensino secundário devem existir várias alternativas de ensino/aprendizagem, nomeadamente os cursos científico-humanísticos destinados àqueles que apenas pretendem prosseguir estudos, os cursos profissionais destinados àqueles que pretendem ingressar na vida ativa, sem fechar a porta ao seu ingresso posterior no ensino superior, os cursos de aprendizagem, destinados a adultos com vinte ou mais anos de idade e estejam há pelo menos um ano fora do sistema educativo.

Para os jovens até aos 29 anos de idade, portadores de um diploma de estudos do ensino secundário ou superior, que não estudam, não trabalham, nem estão em formação (NEET), proponho a criação de uma oferta formativa de um ano em competências exclusivamente tecnológicas, conferindo formação de nível IV.

Nota Curricular

Professor do Ensino Secundário Profissionalizado no grupo 410;

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Mestre em Filosofia da Educação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com uma tese de dissertação com o título “A Igualdade segundo John Rawls”;

Pós-Graduado em “Melhoria da Capacitação Institucional de Estabelecimentos de Educação e Formação” pela Universidade Católica Portuguesa;

Diretor Executivo da Escola Artística e Profissional Árvore desde 1998;

Presidente da Direção da Escola das Virtudes – Cooperativa de Ensino Polivalente e Artístico C.R.L.,

Presidente da Direção da Coopicart – Cooperativa de Artes Gráficas, C.R.L.

Sócio-Gerente da empresa Múltiplas Virtudes – Arte, Design e Projetos Digitais, Lda.

Presidente do Conselho Fiscal da Gesto – Cooperativa Cultural, C.R.L.

Membro do Conselho Setorial da Indústria do Vestuário e Calçado, junto da ANQEP.

Desempenhou também outras funções nomeadamente:

Contabilista Certificado inscrito na respetiva Ordem (1985-2013), tendo desempenhando funções em empresas dos setores do vestuário e calçado, artes gráficas, metalurgia, materiais de escritório e construção civil.

Sócio-Gerente da empresa Estimular – Gabinete de Psicologia e Apoio Psicopedagógico, Lda.

Gerente da empresa Varanda das Virtudes – Indústria de Restauração, Lda.

Vice-Presidente da Vice-Versa – Associação para a Educação e Desenvolvimento das Comunidades de Língua Portuguesa.

Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo

16 de maio de 2016

Maria Helena Gonçalves

Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo | Tondela

Diferenciar trajetos: um desafio

Resumo

De uma escolaridade obrigatória de 9 anos instituída pela LBSE de 1986, nem sempre efetivada, passou-se, já no séc. XXI para uma escola de 12 anos. Todos entram no ensino regular com 6 anos mas, a partir daí, nem todos se mantêm no ano correspondente à sua idade nem chegam a um destino que se deseja comum. Desta constatação emerge a ideia de que o alargamento e universalização da escolaridade obrigatória aliada a uma LBSE humanista, universal e idealista não significaram a democratização do sucesso escolar, colocando em causa a qualidade e equidade do sistema educativo.

A consciencialização de que a escola, pensada num tempo em que as desigualdades sociais lhe eram exteriores, não está a fazer aprender todos os filhos de uma sociedade portadora de singularidades sociais culturais e económicas, implicou a oferta de novos percursos formativos, visando proporcionar vias alternativas de cumprimento da escolaridade obrigatória. Com uma matriz curricular que suaviza a vertente teórica e se enriquece com uma vertente prática muito ligada ao mundo do trabalho, estes percursos formativos tentam dar uma resposta, a mais adequada possível, às expectativas, talentos e modos de aprender de cada um.

Tal facto, para além de representar a projeção de uma carreira profissional credível, tem vindo a contribuir para uma significativa melhoria dos indicadores de eficácia do sistema de ensino. Todavia, este cenário positivo ainda não significa que todos adquirem as aprendizagens e competências consideradas essenciais, dado que alguns alunos continuam sem encontrar um rumo na escola.

É neste enquadramento que se aborda a questão de como e quando diferenciar trajetos formativos. Tendo em conta que estão em causa alunos que não se enquadram em modelos rígidos, a resposta a esta questão situa-se algures entre a necessidade de se garantir que todos percorram um certo caminho comum do qual constam as competências que irão precisar (Roldão, 1999) e a necessidade de, o mais precocemente possível, se atalhar o insucesso, julga-se ser mais prudente não se predefinir uma data comum, idealmente aplicável, para diferenciar currículos.

Importa que se identifiquem as causas subjacentes ao insucesso, disciplinares, cognitivas, afetivas e, a partir daí, decidir e construir o percurso e o perfil de formação, valorizando as competências sociais e vocacionais, com vista ao seu sucesso e integração na vida ativa.

Nota Curricular

Diretora do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo, a cujo quadro pertence.

Licenciatura em Ensino e Mestrado em Ciências da Educação, Especialização em Administração e Organização Escolar.

Seminário

Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetórias, equidade e sucesso no sistema educativo

16 de maio de 2016

Ana Cláudia Cohen

Agrupamento de Escolas de Alcanena | Alcanena

Escolaridade obrigatória: o desafio plural da comunidade educativa

Resumo

A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto introduziu o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, o que veio a constituir-se um dos grandes desafios que se colocam, na atualidade, às escolas. Promover a igualdade de acesso à educação e de sucesso para todos os alunos sem exceção, através da promoção de práticas de diferenciação positiva, capazes de garantir que cada aluno possa aprender o máximo de acordo com as suas potencialidades, está longe de ser uma tarefa fácil, à qual a Escola tem que dar resposta.

Nesta comunicação, pretende-se dar relevância ao papel primordial da Escola, enquanto ator central de inserção dos alunos, assumindo-se, contudo, como ponto de partida a sua incapacidade para, de forma isolada, atingir as metas referentes à integração e sucesso escolar de todos os alunos. Neste âmbito, apresenta-se um plano de ação, em desenvolvimento no Agrupamento de Escolas de Alcanena, que aborda a escolaridade obrigatória de forma ecológica, assumindo a centralidade de cada aluno, assente em estratégias de desenvolvimento de uma cooperação ativa, multidimensional e plural, na medida em que congrega os diversos *stakeholders* internos e externos – lideranças de topo e intermédias, professores, alunos, pais, pessoal não docente, técnicos especializados, CPCJ, autarquia, escola segura, segurança social e tecido empresarial – que assumem o compromisso de, em conjunto, desenvolverem uma cultura escolar positiva, potenciadora da integração, motivação, bem estar e sucesso escolar, na perspetiva que cada criança e jovem têm as mesmas oportunidades de aceder, participar e beneficiar de uma educação inclusiva e de elevada qualidade.

Nota Curricular

Licenciada em Inglês/Alemão, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Mestre em Ciências da Educação, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2000).

É pós graduada em Animação e Gestão de Centros de Recursos Educativos (2004) e em Administração e Gestão Escolar (2009).

Concluiu o curso FORGEP – Programa de Formação em Gestão Pública, pelo INA, em 2012.

Professora Especialista em Formação de Professores – Formadores e Ciências da Educação – CNAEF-140, por deliberação do Conselho Técnico-Científico do Instituto Superior de Ciências Educativas – ISCE – (2013).

Doutoranda em Ciências da Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Iniciou as suas funções na área da Educação como Professora em 1993.

Diretora do Agrupamento de Escolas de Alcanena, onde também desempenhou as funções de Presidente da Assembleia de Escola, Presidente do Conselho Geral, Subdiretora, Coordenadora da Equipa de Autoavaliação, entre outros cargos de gestão intermédia.

Formadora no âmbito da Formação Contínua de Professores nas áreas de Administração Escolar, Avaliação, Didática do Inglês e do Alemão e Inovação Educacional.

Foi membro do Conselho Científico Para a Avaliação de Professores (2011).

Foi Professora Adjunta do Instituto Superior de Ciências Educativas, responsável pelos seminários de Metodologias da Avaliação e Avaliação e Auditoria das Organizações Educativas, no âmbito dos Cursos de Mestrado em Gestão e Administração Escolar e Supervisão Pedagógica e Formação de Professores.

É autora de dois livros sobre a Avaliação de desempenho docente, da Texto Editores, e de Manuais Escolares, da mesma editora.

Tem publicado alguns artigos científicos em revistas de educação.

Tem participado em colóquios e seminários nacionais e internacionais sobre questões educativas, nomeadamente sobre gestão, administração escolar, avaliação das organizações educativas, conceção de documentos orientadores, implementação de sala de aula do futuro, entre outros.

O Agrupamento que lidera tem participado em diversos projetos de combate ao insucesso e abandono escolar, de promoção da melhoria de resultados escolares e gestão escolar, tendo, neste âmbito, inaugurado uma sala de aula do futuro, em 25 de Setembro de 2016, o que possibilitou a sua integração na rede europeia de *Future Classroom Labs*.

Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetórias, equidade e sucesso no sistema educativo

16 de maio de 2016

José Verdasca

CIEP | Universidade de Évora

Garantir Aprendizagens de Qualidade para Todos

Utopias educativas em territórios do interior: o caso das Comunidades Escolares Gulbenkian XXI

Resumo

As “Comunidades Escolares de Aprendizagem Gulbenkian XXI” têm como referência os termos do Programa Gulbenkian ‘Qualificação das Novas Gerações – Promoção de Mudanças na Aprendizagem’. A experiência iniciou-se com uma coorte de alunos do 3º ano de escolaridade (no presente ano letivo no 4º ano), em três escolas do Alentejo (Ponte de Sor, Vendas Novas e Vidigueira). No plano da organização curricular, inspira-se em abordagens curriculares abertas, no quadro de um compromisso que abrange, por um lado, a matriz curricular nacional e, por outro lado, a valorização e incorporação de outras fontes de conhecimento e aprendizagem, nomeadamente de âmbito local.

Tem como principal propósito contribuir para a promoção da qualidade das aprendizagens dos alunos e das suas capacidades habilitantes de raciocínio analítico e prático, de criatividade, resiliência e responsabilidade, criando, em estreita colaboração com os professores e agentes educativos da comunidade escolar ambientes estimuladores do desenvolvimento nos alunos de competências tecnológicas, socioemocionais e criativas.

Para além do alto patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, o PMA-CEAG XXI conta com o apoio da *SamSung* através do fornecimento integral da componente tecnológica, designadamente, a introdução de *tablets* na sala de aula e a familiarização com o ambiente *Samsung Smart School*, bem como de outras entidades e parceiros, nomeadamente o Centro de Ciência Viva de Estremoz proporcionando dos alunos a possibilidade de interagirem, experimentarem e descobrirem ciência em torno das temáticas do currículo, ou o Serviço Educativo da Fundação Eugénio de Almeida com a realização de atividades em oficinas de aprofundamento curricular que enfatizam a experiência da aprendizagem através de processos emocionais, cognitivos e metacognitivos, criativos e cinestésico-corporais.

Nota Curricular

Nasceu em Montoito-Redondo, a 29 de Setembro de 1952. É licenciado em Economia pela Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça e tem uma pós-graduação em Formação de Professores pela Universidade da Extremadura, mestrado em Administração Escolar pela Universidade do Minho e doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade de Évora, com dissertação na área da Organização e Administração Educacional. É professor no Departamento de Pedagogia e Educação-Escola de Ciências Sociais e membro integrado do Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora. Foi Pró-Reitor da Universidade de Évora, Diretor Regional de Educação do Alentejo e Coordenador Nacional do Programa Mais Sucesso Escolar do Ministério da Educação. Tem participado em várias iniciativas na área da educação no país e no estrangeiro e publicado diversos trabalhos no domínio da Organização, Administração e Políticas Educativas. Com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, coordena atualmente o projeto ‘Promoção de Mudanças na Aprendizagem- Comunidades Escolares Gulbenkian XXI.

Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetórias, equidade e sucesso no sistema educativo

16 de maio de 2016

Leonor Lima Torres

Instituto de Educação | Universidade do Minho

Entre mais e melhor escola: pode a cultura fazer a diferença?

Resumo

Retomando a ideia central que orientou a publicação *Entre mais e melhor escola em democracia* (Torres & Palhares, 2014, Orgs.), propõe-se debater a natureza da missão estratégica da escola pública, tendo como referência analítica dois polos distintos: i) o polo *mais escola*, ancorado nos princípios da igualdade de oportunidades, da inclusão e da justiça social, que privilegia a abertura da instituição escolar a novos públicos e a novos programas formativos, bem como o estabelecimento de parcerias com a comunidade; ii) o polo *melhor escola*, focado na qualidade dos resultados, na promoção do mérito e da excelência académica, enquanto estratégias de gestão organizacional e de *marketing* institucional. Apontando para finalidades educativas distintas, estes dois cenários têm sido perspetivados ora como contraditórios, ora como passíveis de articulação. Decorridos 30 anos da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, importa questionar de que forma as diversas escolas e agrupamentos se situam em relação ao mandato que lhes foi politicamente atribuído? Que implicações resultam das opções estratégicas desenvolvidas pelas diferentes organizações escolares? Com base em resultados de investigação recentes, procura-se analisar o papel das culturas de escola na reconfiguração dos processos políticos, organizacionais e pedagógicos que conferem sentido à ação e às aprendizagens educativas. Numa altura em que as escolas são pressionadas à produção de resultados e à implementação de lideranças “fortes e eficazes”, interessa indagar se as especificidades culturais constituem um fator diferenciador no desenvolvimento dos processos de escolarização, ora conduzindo-os no sentido da inclusão social e educativa, ora enfatizando novas formas de seleção e reelitização.

Nota Curricular

Docente e investigadora no Departamento de Ciências Sociais da Educação da Universidade do Minho, desde 1991. Doutora em Educação, na área de conhecimento em Organização e Administração Escolar, tem desenvolvido vários trabalhos de investigação no domínio da sociologia das organizações educativas, privilegiando as problemáticas da cultura organizacional escolar e das políticas e práticas de formação em contexto de trabalho. Docente em diversas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação. Orientação de diversas dissertações de mestrado e de teses de doutoramento na área da Educação. Tem diversos trabalhos publicados no domínio da Sociologia das Organizações Educativas, entre os quais se destacam as obras *Cultura Organizacional Escolar. Representações dos Professores Numa Escola Portuguesa*, publicada em 1997 pela Celta Editora; e *Cultura Organizacional em Contexto Educativo. Sedimentos Culturais e Processos de Construção do Simbólico Numa Escola Secundária*. Braga: Centro de Investigação em Educação/Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2004.

Atualmente é Professora Associada, desempenha os cargos de Vice-Presidente do Instituto de Educação, de Presidente do Conselho Pedagógico do mesmo Instituto e coordena do Mestrado em Ciências da Educação, área de Especialização em Educação de Adultos. Coordenou o projeto *Entre Mais e Melhor escola: A excelência académica na escola pública* (PTDC/IVC-PEC/4942/2012), financiado pela FCT no âmbito do Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico – Ciências Sociais e Humanidades – 2012.

Seminário

Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetórias, equidade e sucesso no sistema educativo

16 de maio de 2016

José Ilídio Alves de Sá

Agrupamento de Escolas Manuel Gomes de Almeida | Espinho

Garantir Aprendizagens de Qualidade para Todos

Resumo

Palavras-chave: problemas, desafios, sucesso, alunos, famílias, escolas, docentes, formadores, orientação escolar e vocacional, projetos.

Este conjunto de palavras orientará a nossa participação e o nosso testemunho, permitindo que possamos, de forma breve, partilhar algumas das estratégias e dos processos que a instituição tem vindo a implementar para cumprir o desígnio da escolaridade obrigatória de 18 anos.

A partir do diagnóstico efetuado, a nossa intervenção no Seminário incidirá na apresentação das opções pedagógicas/organizativas e das estratégias/áreas prioritárias de promoção do Sucesso Escolar e de combate ao Abandono Escolar particularmente na difícil e sensível transição que ocorre do 3.º Ciclo do Ensino Básico para o Ensino Secundário.

Apesar do nosso Agrupamento ter tido recorrentemente maior visibilidade nos resultados obtidos pelos seus alunos na avaliação externa e, conseqüentemente, nos *rankings* anuais, procuraremos incidir a nossa comunicação nas múltiplas soluções que têm sido encontradas e aplicadas para promover o sucesso e a qualidade escolar dos jovens que frequentam a instituição.

Nota Curricular

- **Funções atuais** – Diretor do Agrupamento de Escolas Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho (Distrito de Aveiro)

- **Situação profissional** – Professor do Quadro de Escola do Grupo Disciplinar de Inglês (330) do Agrupamento de Escolas Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho, com 24 anos de serviço completados em 31 de agosto de 2015

- **Habilitações Académicas**

2012 – Doutoramento em Ciências da Educação – Tese com o Título “*Bullying* nas Escolas: Prevenção e Intervenção” – Universidade de Aveiro

2007 – Mestrado em Análise Social e Administração da Educação - Dissertação com o título “Manifestações de *Bullying* no 3º Ciclo do Ensino Básico – Um estudo de caso” – Universidade de Aveiro

2005 – Curso de Especialização em Administração Escolar – Trabalho final sobre “A Qualidade das Escolas: Auto-avaliação e Sucesso dos Alunos” - Cooperativa de Ensino Politécnico, C.R.L. – Instituto Superior Politécnico de Gaia (Vila Nova de Gaia)

1992 – Licenciatura em Ensino de Português e Inglês (Ramo Educacional) – Universidade do Minho (em Braga)

• **Experiência no âmbito da Administração e Gestão**

2013-2016	Diretor do AE Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho
2012-2013	Vice-Presidente da Comissão Administrativa Provisória do AE Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho
2009-2012	Subdiretor da ES Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho
2007-2010	Vice-Presidente do Conselho Executivo da ES Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho
2006-2007	Vice-Presidente da Comissão Provisória da ES Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho
2003-2006	Vice-Presidente do Conselho Executivo da ES Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho
2002-2003	Vice-Presidente da Comissão Provisória da ES Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho
1999-2002	Vice-Presidente do Conselho Executivo da ES Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho
1998-1999	Vice-Presidente da Comissão Executiva Instaladora da ES Doutor Manuel Gomes de Almeida, em Espinho